

# CARTA DE CONJUNTURA

ANO 26 N.º 07  
Julho de 2017



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

## MERCADO DE TRABALHO

**Decomposição da  
mudança da taxa de  
desocupação no RS**

## EMPREGO

**Crise econômica e desigual-  
dade salarial na Região Me-  
tropolitana de Porto Alegre**

● Evolução recente da desocupação e a estagnação salarial no Brasil ●

Brasil segue atrativo mesmo com investimento estrangeiro em queda

● A reforma da Previdência deve ser discutida, mas quem pagará a conta? ●

O mercado da música e o seu significado para a economia do Rio Grande do Sul

● Redução das desigualdades no desenvolvimento humano ●

Mortalidade infantil por causas evitáveis no Rio Grande do Sul de 2000 a 2014

● Inflação, juros e desindustrialização ●

# Decomposição da mudança da taxa de desocupação no RS

**Guilherme Stein**

[guiherme.stein@fee.tche.br](mailto:guiherme.stein@fee.tche.br)

**Pesquisador em Economia  
da FEE**

**Vanessa Neumann Sulzbach**

[vanessa@fee.tche.br](mailto:vanessa@fee.tche.br)

**Pesquisadora em Economia  
da FEE**

Após 11 resultados negativos consecutivos da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho, o primeiro trimestre de 2017 foi o primeiro a não apresentar queda, amargurando, contudo, um crescimento nulo. Nesse contexto, a taxa de desocupação do Rio Grande do Sul saltou de 5,4% no primeiro trimestre de 2014 para 9,1% no mesmo trimestre de 2017, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Flutuações na taxa de desocupação podem ser causadas por mudanças na probabilidade de um ocupado perder a ocupação, de um desocupado encontrar uma ocupação ou de indivíduos saírem e entrarem na força de trabalho — a População Econômica Ativa (PEA). Hall (2005)<sup>1</sup> e Shimer (2007)<sup>2</sup> apresentam uma metodologia que permite utilizar dados longitudinais do mercado de trabalho para decompor variações na taxa de desocupação em dois grupos: *inflows (ins)* e *outflows (outs)*. *Ins* representam a probabilidade de um indivíduo ocupado transitar da ocupação para a desocupação, enquanto os *outs* representam a probabilidade de um indivíduo desocupado flutuar da desocupação para a ocupação. A partir dessas probabilidades, os autores conseguem estimar taxas de desocupação contrafactuais, que simulam como seria a taxa de desocupação se um dos componentes se tivesse mantido constante e o outro tivesse variado. Com essas taxas de desocupação contrafactuais, é possível determinar quais dos componentes foi o mais relevante para a variação da desocupação verificada de fato.

Com o intuito de replicar o exercício para o Rio Grande do Sul, considera-se um modelo onde o indivíduo pode assumir três estados: ocupado, desocupado e fora da PEA. Nesse arcabouço, existem seis probabilidades de transição: (a) da desocupação para a ocupação; (b) da desocupação para fora da PEA; (c) da ocupação para a desocupação; (d) da ocupação para fora da PEA; (e) de fora da PEA para a desocupação; e (f) de fora da PEA para a ocupação. Os dados utilizados foram obtidos a partir da PNAD contínua de 2012 até o último trimestre de 2016. A PNAD contínua, por se tratar de um painel rotativo, permite observar os domicílios por até cinco trimestres consecutivos. Os indivíduos dentro dos domicílios foram identificados nos trimestres, pela variável sexo e idade. A amostra considerada engloba a população de 15 a 70 anos de idade no RS, dividida em três subamostras: mulheres, homens e população total.

Uma vez estimadas as seis taxas de desocupação contrafactuais, estima-se quanto de sua variação está correlacionada com a taxa de desocupação real. Isso é feito dividindo-se a covariância de cada taxa contrafactual e a taxa de desocupação real pela variância da taxa contrafactual. Tal medida informa quais taxas contrafactuais apresentam um caráter cíclico e quais têm características acíclicas. Os coeficientes são apresentados na tabela abaixo, em valor absoluto e termos percentuais.

<sup>1</sup> HALL, R. E. Job Loss, Job Finding, and Unemployment in the U.S. Economy over the Past Fifty Years. 2005. Disponível em: <<http://www.journals.uchicago.edu/doi/pdfplus/10.1086/ma.20.3585415>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

<sup>2</sup> SHIMER, R. Reassessing the ins and outs of unemployment. Cambridge: NBER, 2007. (Working Paper, n. 13421). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w13421>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

De acordo com a decomposição, o principal fator que explica o aumento da taxa de desocupação no Rio Grande do Sul entre o primeiro trimestre de 2012 e o mesmo período de 2017 é a taxa de separação (rompimento dos contratos de trabalho), responsável por 36,6% do avanço total. Isso porque a chance de um indivíduo perder ocupação no trimestre seguinte e virar desocupado avançou de 0,7% para 1,20% no período considerado.

O segundo componente mais representativo na explicação do movimento da taxa de desocupação foi a transição “de fora da PEA para a desocupação”, com 32,4%. A probabilidade de essa transição ocorrer de um trimestre para o outro era relativamente estável até o último trimestre de 2014. A partir de então, a probabilidade passou de 1,4% no último trimestre de 2014 para 2,6% no segundo trimestre de 2016.

Intuitivamente, parece natural que a taxa de separação fosse a maior responsável pelo aumento da desocupação. Durante uma recessão, é esperado que as demissões aumentem. Surpreendente é que, em segundo lugar, esteja o componente associado à entrada das pessoas não economicamente ativas para a situação de desocupação.

Parte do fenômeno pode ser explicado, na medida em que, por exemplo, chefes de família perdem a ocupação, e outros membros que estavam fora da força de trabalho precisam, agora, ofertar sua mão de obra no mercado. De fato, a explicação parece plausível quando se observam as contribuições de cada componente para homens e para mulheres. O fator que mais contribuiu para a flutuação da desocupação dos homens foi a taxa de separação. O mesmo, no entanto, não pode ser dito para as mulheres. Para elas, o maior fator na variação da desocupação é a dinâmica “de fora da PEA para a desocupação”, com 32,6%. Tal diferença é um indício de que a crise pode ter mudado a alocação intrafamiliar da força de trabalho. No entanto, trata-se apenas de um indício, uma vez que as causas para tal fenômeno continuam elusivas e, por isso, exigem uma investigação mais profunda.

Decomposição da mudança da taxa de desocupação no RS — 1.º trim./2014-1.º trim./17

DINÂMICAS DE TRANSIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO					
	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	Número	%	Número	%	Número	%
Da ocupação para a desocupação .....	(1) 0,321	36,6	(1) 0,448	52,2	(1)0,202	24,0
Da ocupação para fora da População Economicamente Ativa (PEA) .....	-0,043	-4,9	0,001	0,1	0,003	0,3
De fora da PEA para a desocupação .....	(1) 0,284	32,4	(1) 0,222	25,8	(1)0,274	32,6
Da desocupação para a ocupação .....	(1) 0,210	24,0	(1) 0,169	19,7	(1)0,226	26,9
De fora da PEA para a ocupação .....	(2) 0,046	5,3	(2) 0,024	2,8	(2)0,058	6,9
Da desocupação para fora da PEA .....	(1) 0,058	6,6	-0,006	-0,6	(2)0,079	9,4
<b>TOTAL</b> .....	0,876	100,0	0,858	100,0	0,842	100,0

FONTE: IBGE.

(1) Significante a 1%. (2) Significante a 5%.

# Crise econômica e desigualdade salarial na Região Metropolitana de Porto Alegre

Raul Luís Assumpção  
Bastos

[bastos@fee.tche.br](mailto:bastos@fee.tche.br)

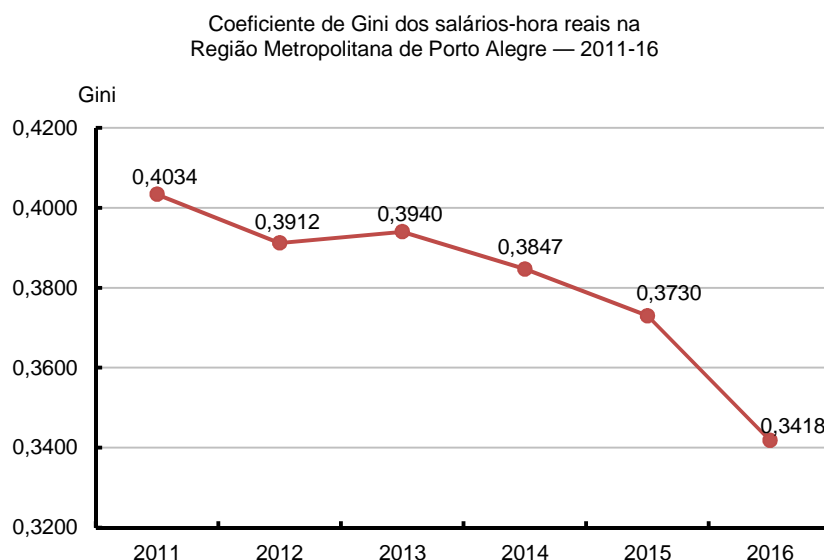
Pesquisador em Economia  
da FEE

Durante a crise econômica, ocorreu acentuada deterioração do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). De acordo com os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA (PED-RMPA), a taxa de desemprego total elevou-se de 5,9% em 2014 para 8,7% em 2015 e para 10,7% em 2016. Na comparação de 2014 com 2016, o contingente de desempregados na Região teve um acréscimo de 89 mil pessoas, passando de 113 mil para 202 mil desempregados.

Quanto aos rendimentos do trabalho, os salários reais tiveram um comportamento bastante adverso na conjuntura de crise econômica. O salário médio real, que havia tido uma leve variação negativa em 2014, evidenciou uma queda abrupta de 8,2% em 2015 e de 7,3% em 2016, situando-se no menor patamar da série histórica da Pesquisa, cuja primeira média anual é a de 1993. A questão que este texto propõe é se essa enorme redução do salário médio real implicou, também, em aumento da desigualdade da estrutura salarial na RMPA. Para procurar respondê-la, serão apresentadas, a seguir, evidências sobre esse tema.

De acordo com o que se pode constatar no Gráfico 1, o Coeficiente de Gini dos salários-hora reais na RMPA mostra uma inequívoca tendência de queda durante a crise econômica, tendo passado de 0,3847 em 2014 para 0,3730 em 2015 e para 0,3418 em 2016. Portanto, a questão acima proposta tem uma clara resposta: a conjuntura de crise econômica não trouxe consigo elevação da desigualdade dos rendimentos do trabalho assalariado; pelo contrário, ela provocou uma considerável redução da desigualdade salarial.

Gráfico 1



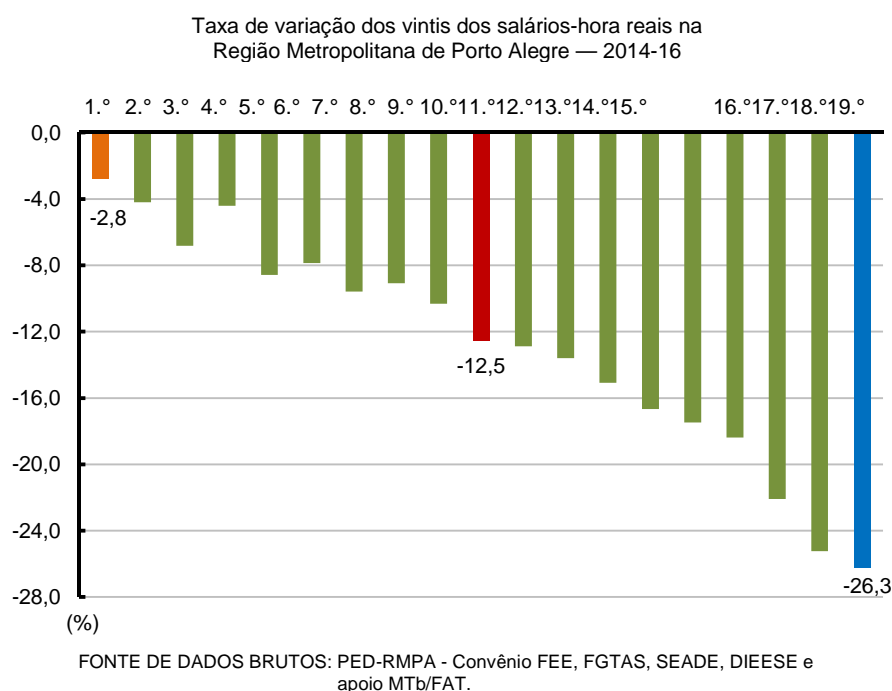
FONTE DE DADOS BRUTOS: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTb/FAT.

Caberia, brevemente, investigar o que houve com a estrutura salarial da RMPA na crise econômica para procurar encontrar as causas da queda na sua desigualdade. Tendo como referência esse propósito, a estrutura salarial da Região foi seccionada em pontos com igual espaçamento, de 5,0%, os quais serão denominados de vintis. Ao se observar o

comportamento dos vintis dos salários-hora reais, será possível conhecer a evolução das diferentes partes da estrutura salarial na crise econômica.

A esse respeito, ao se compararem as taxas de variação dos vintis dos salários-hora reais da base e do topo da estrutura salarial da RMPA, constata-se que aqueles localizados no topo tiveram uma redução extremamente acentuada, diferentemente do que ocorreu com aqueles localizados na base (Gráfico 2). Nesse sentido, por exemplo, enquanto o 19.º vintil dos salários-hora reais teve uma queda de 26,3% na comparação de 2016 com 2014, o 1.º vintil dos salários-hora reais registrou uma redução de somente 2,8% nessa mesma referência comparativa. Pode-se perceber que esses comportamentos se configuraram em um padrão — ainda que com magnitudes distintas — para os vintis localizados no topo e na base da estrutura salarial da RMPA durante a crise econômica.

Gráfico 2



Como decorrência desses comportamentos, houve uma redução da desigualdade da estrutura salarial da RMPA — ou seja, da sua dispersão — durante a crise econômica. Isso pode ser confirmado pela evolução de uma medida de dispersão salarial — a razão 19.º/1.º vintil dos salários-hora reais —, que apresentou uma queda de 6,92 em 2014 para 6,43 em 2015 e, posteriormente, para 5,25 em 2016.

Por fim, é importante assinalar que a pequena redução do 1.º vintil dos salários-hora reais na RMPA, durante a crise econômica, deve-se, possivelmente, ao fato de desse vintil estar em torno do salário-hora mínimo real. Ou seja, é provável que a existência dessa forma de regulação institucional dos salários, no País, tenha limitado perdas de maior magnitude na base da estrutura salarial, na conjuntura da crise econômica, em 2015 e 2016.

# Evolução recente da desocupação e estagnação salarial no RS e no Brasil

**Alessandro Donadio Miebach**

[alessandro@fee.tche.br](mailto:alessandro@fee.tche.br)

**Pesquisador em Economia da FEE**

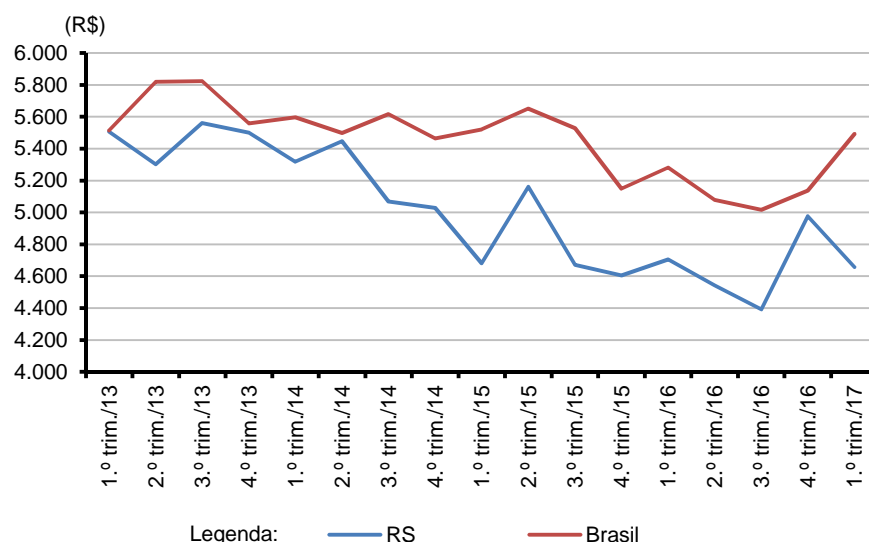
O Rio Grande do Sul não ficou imune ao processo recessivo vivenciado pela economia brasileira a partir de meados de 2014. Os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mediante a Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios Contínua trimestral, permitem situar a trajetória do mercado de trabalho do Estado em relação ao que é observado na economia brasileira nos últimos anos.

Nesta análise, destacam-se três grupos de ocupação: os empregadores, os empregados com carteira de trabalho assinada e os sem carteira assinada. Os trabalhadores domésticos não estão incluídos nesta discussão. De modo geral, esses grupos podem ser divididos em dois conjuntos, de acordo com os papéis funcionais desempenhados na economia. O primeiro conjunto, o dos empregadores, efetua a alocação dos diversos recursos produtivos (trabalho e capital) na produção, ao decidir o montante de investimentos, o nível de utilização da capacidade instalada (dadas as condições da demanda por bens e serviços) e, por extensão, a quantidade de trabalhadores a serem empregados. O segundo conjunto é composto pelos empregados, os responsáveis pelo fornecimento de trabalho aos processos produtivos, sejam eles com ou sem carteira assinada. O comportamento das remunerações desses dois conjuntos de trabalhadores apresentam dinâmicas distintas.

O Gráfico 1 apresenta a remuneração mensal habitual do trabalho principal dos empregadores do Brasil e do Rio Grande do Sul, em valores reais, entre o primeiro trimestre de 2013 e o primeiro trimestre de 2017. Os empregadores apresentam maior rendimento mensal habitual quando comparado aos demais grupos de ocupação, tanto para o Brasil como para o RS. Observa-se, para o Brasil, que a queda dos rendimentos reais dos empregadores inicia-se no terceiro trimestre de 2013, no início suave, mas acelerando-se posteriormente. Os indícios demonstram que, a partir do terceiro trimestre de 2016, os rendimentos dos empregadores entraram em uma trajetória de recuperação.

Gráfico 1

Evolução dos rendimentos mensais habituais dos empregadores do RS e do Brasil — 1.º trim./2013-1.º trim./2017



Legenda: — RS — Brasil

FONTES: IBGE (2017).  
NOTA: Valores reais a preços do primeiro trimestre de 2017.



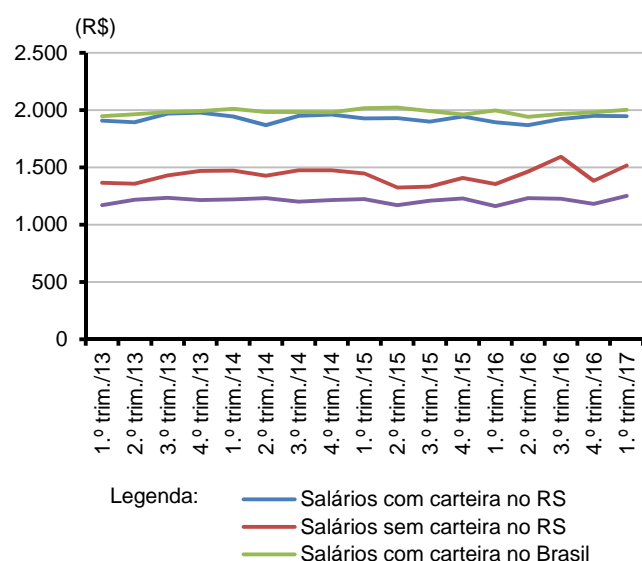
Para o RS, constata-se que a redução dos rendimentos dos empregadores foi mais acentuada ao longo do período. Em linhas gerais, constata-se que, para o Brasil, não há correspondência direta entre a recessão de 2014 e a queda dos rendimentos dos empregadores. Esses rendimentos começaram a cair antes da crise. Cabe assinalar que, no caso do RS, os rendimentos dos empregadores apresentaram maior sensibilidade aos efeitos da contração da economia brasileira. Por um lado existe a possibilidade de que esse comportamento derive de efeito estatístico oriundo do menor tamanho da amostra para o Estado. Entretanto, a comparação entre a taxa de variação anual do segundo trimestre de 2016 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, que é estatisticamente significativa tanto para a amostra estadual como para a nacional, indica queda mais acentuada dos rendimentos dos empregadores do RS. O comportamento peculiar dos rendimentos dos empregadores gaúchos pode estar associado à existência de atividades empresariais de menor escala, especialmente as ligadas à pequena propriedade rural.

Para os empregados com e sem carteira de trabalho assinada, a primeira constatação é o crescimento da taxa de desocupação. Tanto para o Brasil como para o RS, esse processo se iniciou a partir do último trimestre de 2014. Até o primeiro trimestre de 2017, os níveis de desocupação continuaram crescendo, como pode ser visto no Gráfico 2. Para o RS, as indicações são de que o nível de desocupação se estabilizou em um patamar entre 8% e 9% a partir do segundo trimestre de 2016, o que equivale a quase o dobro da taxa de desocupação observada no segundo trimestre de 2014.

O aumento da desocupação articula-se com quedas moderadas e posterior estagnação dos salários reais médios no RS (Gráfico 3). Para o Brasil, observa-se uma tendência de estagnação dos salários reais dos empregados. No caso do RS, o tamanho da amostra não permite discernir se a volatilidade observada nos salários é decorrente de efeitos estatísticos ou de maior sensibilidade às condições recessivas do mercado de trabalho.

Gráfico 2

Evolução dos rendimentos mensais habituais dos empregados do RS e Brasil — 1.º trim./2013-1.º trim./2017

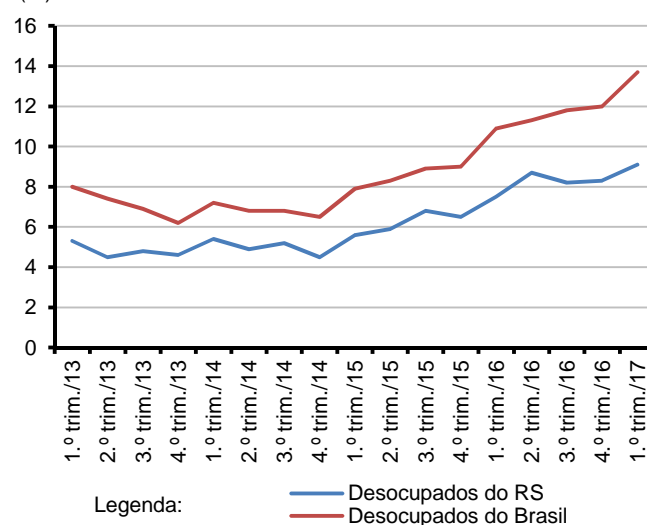


FONTE: IBGE (2017).

NOTA: Valores a preços do primeiro trimestre de 2017.

Gráfico 3

Taxa de desocupação no RS e Brasil — 1.º trim./2013-1.º trim./2017 (%)



FONTE: IBGE (2017).

Em uma visão geral, constata-se a relativa estabilização dos salários reais e o arrefecimento, no caso gaúcho, do crescimento dos níveis de desocupação. Ao se observar o mercado de trabalho em uma perspectiva um pouco mais ampla no tempo, constata-se que inexistência de recuperação do emprego para os níveis anteriores à crise. Até o momento, o único indicio de recuperação de rendimentos situa-se na remuneração dos empregadores do RS. Ocorre crescimento estatisticamente significativo da ordem de 13,3% dessa categoria de rendimentos no último trimestre de 2016 em relação ao trimestre anterior. As limitações estatísticas dos dados não permitem comparações quantitativas com trimestres dos anos anteriores, o que não permite isolar efeitos sazonais. Para o Brasil, inexistem evidências estatisticamente significativas de recuperação dos rendimentos, mesmo para o caso dos empregadores. O retorno a um processo socioeconômico inclusivo, como o observado ao longo da primeira década do século XX, não é visível no futuro próximo.

# Brasil segue atrativo mesmo com investimento estrangeiro em queda

**André L. F. Scherer**  
**Pesquisador em Economia**  
**da FEE**  
**[scherer@fee.tche.br](mailto:scherer@fee.tche.br)**

No último dia 7 de junho, foi divulgado pela United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) o mais completo relatório anual sobre investimento direto estrangeiro, o **World Investment Report 2017**. A publicação aponta que, no ano de 2016, o investimento direto registrou queda de 1,5% frente ao ano anterior, totalizando US\$ 1,7 trilhão. Resultado ainda mais interessante aparece quando vemos que o total de investimento direto se encontra ainda abaixo daquele atingido em 2007, o qual segue sendo o ano onde esses fluxos de capital foram mais expressivos. Isso reforça a ideia da existência de uma relação forte entre fluxos financeiros e fluxos de investimento direto, estando esses normalmente associados, exclusivamente, às oportunidades de rentabilidade ofertadas ao “capital produtivo”. Passados 10 anos, o fato de o auge dos investimentos diretos ter sido atingido no ano anterior ao impacto da crise financeira mundial se constitui em evidência empírica dificilmente contestável quanto à intensidade dos laços existentes entre investimento direto e investimento financeiro.

Essa relação entre finanças e investimento direto transparece também no intenso movimento de fusões e aquisições, que elevaram o volume de investimentos diretos no exterior a partir da década de 90. Esses, no mais das vezes, representam movimentos de tripla motivação — de ganhos de participação de mercado, de aquisição de ativos estratégicos e de valorização patrimonial. O caráter especulativo característico da lógica financeira muitas vezes é determinante das decisões de fusões e aquisições, sendo essas impulsionadas por bancos de investimento e financiadas via mercado de capitais.

Assim, não necessariamente as fusões e as aquisições estão associadas ao aumento da capacidade produtiva e do nível de emprego nos países receptores. Essa característica é fonte de incontáveis equívocos no que se refere às análises quanto ao significado contemporâneo do investimento direto estrangeiro, o qual não se confunde, embora possa influenciar, com impactos sobre a formação bruta de capital ou sobre o nível de emprego nas economias hospedeiras. Em 2016, as fusões e as aquisições de empresas transfronteiras representaram cerca de 50% do total do investimento direto, totalizando US\$ 868,64 bilhões, em alta de 18,1% frente ao ano anterior.

Após a crise financeira de 2007-08, o destino do investimento direto sofreu uma mutação, com os países em desenvolvimento ganhando espaço nesses fluxos. Com a redução da demanda atingindo principalmente os países desenvolvidos, impactados mais diretamente pela crise, os países em desenvolvimento tornaram-se relativamente mais atrativos aos investimentos estrangeiros, dado seu potencial de crescimento demográfico e de mercado. Na esteira desse processo, os investimentos estrangeiros destinados aos países da América Latina e do Caribe também ganharam participação. Entretanto, como não poderia deixar de ser, a crise econômica associada à queda no preço das *commodities* tem impactado negativamente o interesse das empresas estrangeiras pelos países da região, tendo o investimento direto entrante nos países latino-americanos recuado para US\$ 142,07 bilhões em 2016, frente aos US\$ 165,4 bilhões recebidos no ano anterior. Esse resultado demonstra a persistência de uma queda na atratividade da região iniciada em 2011, quando o investimento direto para a região atingiu US\$ 193,65



bilhões. Assim, o investimento entrante apurado para 2016 representou apenas 73,4% daquele recebido em 2011. Brasil, México, Colômbia, Chile e Peru foram, pela ordem, os cinco países da região que mais receberam investimentos estrangeiros em 2016. É interessante ressaltar que a entrada de investimento direto no Brasil em 2016 foi equivalente àquela dos demais quatro países em conjunto.

A crise econômica e política que afeta o Brasil depois de 2015 tem impactado negativamente a entrada de investimentos estrangeiros no País. Em 2016, o total de investimentos diretos recebidos atingiu US\$ 58,7 bilhões, uma queda de 8,7% em comparação com 2015. As aquisições com participação de estrangeiros atingiram US\$, 9,5 bilhões no período, com uma alta expressiva em relação a 2015, quando somaram apenas US\$ 1,6 bilhão. No caso brasileiro, o ano de maior recepção de investimento direto foi 2011, quando se atingiu um valor superior aos US\$ 93 bilhões. Mesmo com essas quedas, podemos considerar o patamar de ingresso dos investimentos estrangeiros como historicamente elevado. O interesse das empresas estrangeiras por negócios no País, apesar de menor, dada a crise econômica que tem reduzido fortemente o PIB brasileiro nos últimos dois anos, tem-se mantido, em patamar relativamente alto, talvez ainda por reflexo de expectativas adquiridas devido ao crescimento do mercado brasileiro entre 2004 e 2013. A *survey* realizada com dirigentes de empresas multinacionais quanto aos locais preferidos para investimentos em 2017 coloca o Brasil ainda na sexta colocação entre os países que estão no radar da destinação de investimentos, atrás apenas dos EUA, China, Índia, Indonésia e Tailândia.

No entanto, a elevada incerteza política tem impactado a possibilidade de concretizar negócios no Brasil, em 2017. O quadro regulatório incerto em propostas que atingem o investimento estrangeiro mostra-se, sem aqui entrar no mérito, na retirada de urgência pelo Congresso Nacional do projeto que elimina as restrições à participação de empresas estrangeiras no setor aéreo. Na mesma situação, encontra-se o projeto que permite a possibilidade de compra de grandes lotes de terras por estrangeiros no País. As fusões e as aquisições com participação de capital externo também se encontram em compasso de espera. Segundo notícia veiculada pelo jornal [Valor Econômico](#)<sup>3</sup>, a consultoria EY aponta que várias fusões e aquisições poderiam ser aceleradas caso houvesse uma estabilização na crise política. Neste ano, até abril, foram anunciadas 82 transações com participação estrangeira no País, o que representa uma redução de 15% quando comparadas ao mesmo período de 2016, conforme acompanhamento da consultoria Price Waterhouse and Coopers (PwC).

<sup>3</sup> MOREIRA, A. Crise no país adia fusões e aquisições, diz EY. *Valor Econômico*, São Paulo, 12 jun. 2017. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/5000796/crise-no-pais-adia-fusoes-e-aquisicoes-diz-ey>. Acesso em: 12 jul. 2017.

# A reforma da Previdência deve ser discutida, mas quem pagará a conta?

**Thiago Felker Andreis**

[thiago@fee.tche.br](mailto:thiago@fee.tche.br)

**Pesquisador em Economia da FEE**

**Pedro Tonon Zuanazzi**

[pedro@fee.tche.br](mailto:pedro@fee.tche.br)

**Pesquisador em Estatística da FEE**

O ano de 2017 trouxe consigo, já nos seus primeiros meses, um acalorado debate acerca da proposta de reforma na Previdência trazida pelo Governo. Em um contexto de ajuste fiscal, é compreensível que a Previdência surja como um dos principais pontos a serem discutidos, tendo em vista sua elevada participação no orçamento do Tesouro nacional.

Se confrontarmos somente as receitas provenientes das contribuições patronais e dos empregados com as despesas previdenciárias, apenas no ano de 2016, a Previdência Social da União, incluindo o Regime Próprio e o Regime Geral, registrou um déficit de R\$ 230,7 bilhões. Desse montante, R\$ 78,5 bilhões referem-se a pouco mais de 1 milhão de servidores públicos e militares, e R\$ 152,2 bilhões referem-se a, aproximadamente, 33 milhões de trabalhadores ligados ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Nesses termos, mesmo a previdência urbana do Regime Geral, que, desde 2009, vinha apresentando superávits, terminou o ano de 2016 com déficit de R\$ 46,8 bilhões. Isso se deveu, principalmente, ao aumento do desemprego nos últimos anos (o que levou a uma redução nas contribuições), além do contínuo envelhecimento da população brasileira (o que causa o aumento da proporção de aposentados).

Embora seja inegável que o Brasil vem passando por mudanças significativas nas suas variáveis demográficas — a expectativa de sobrevida da população com 65 anos, por exemplo, aumentou de 12 para 18,4 anos entre 1980 e 2015 —, não se pode creditar todo o déficit financeiro atual apenas a essa questão. É certo que o desenho das regras previdenciárias do País também contribuiu durante muitos anos para a deterioração do sistema.

Por exemplo, a **Constituição Federal de 1988 (CF 1988)** originalmente não previa, para os servidores públicos, contribuições previdenciárias durante o período de atividade, além de conceder, para os inativos, salários equivalentes ao teto da última remuneração, ou seja, do auge da carreira. Aliás, a Constituição não se ateu ao equilíbrio atuarial da Previdência Social, nem considerou o potencial aumento da expectativa de vida, o que foi modificado somente em 1998 na Emenda Constitucional (EC) n.º 20. Assim, apenas a partir desse momento o termo “déficit previdenciário” passou a fazer algum sentido nas contas públicas brasileiras.

De fato, as modificações ocorridas no âmbito previdenciário após a CF 1988, com destaque para a EC 20/1998, a EC 41/2003 e a implementação de fundos de previdência complementar na União e nos estados desde 2011, têm sido alvo de controvérsias. Isso porque a CF 1988, em seu artigo 195, atribui à seguridade social (incluindo a Previdência Social, a saúde e a assistência social) as receitas provenientes de tributos como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), tornando, sob essa ótica, superavitário o atual resultado da seguridade social. Os defensores desse ponto de vista afirmam que, com o crescimento econômico, aumentariam também essas arrecadações e que o sistema se manteria estável em longo prazo. Além disso, contestam o uso de Desvinculações de Receitas da União (DRUs), que acabam por utilizar as receitas dessas contribuições em outras áreas.

Sob outra ótica, no entanto, seria necessário um equilíbrio atuarial, estimando não somente o fluxo de caixa presente, mas todas as

contribuições e os benefícios esperados para os indivíduos ao longo de suas vidas. Dentro dessa visão, o modelo originalmente previsto na Constituição, em um sistema de repartição simples e sem a preocupação com uma lógica atuarial, mostra-se tomado de incertezas quanto à sustentabilidade futura do sistema.

De fato, caso um cálculo atuarial tivesse sido adotado desde o início da vigência da CF 1988, teria havido um período de acumulação financeira, que poderia estar sendo utilizada para cobrir o déficit financeiro atual. Porém, tendo em vista o caminho tomado, uma alternativa seria a criação de regras que fizessem com que as expectativas de benefícios de cada indivíduo (considerando pensões e aposentadorias de todas as naturezas) fossem equivalentes às suas expectativas de contribuição, ainda que o Tesouro tivesse que continuar arcando com os déficits atuariais causados pelo período de vigência das regras anteriores. Afinal, os déficits financeiros nos patamares atuais ainda são, em grande parte, consequência de regras antigas, pois as mudanças já realizadas, em geral, precisam de um período maior para serem notadas no fluxo de caixa.

Assim, é necessário que o gestor público seja cuidadoso para corrigir apenas os problemas que ainda precisam ser solucionados, caso contrário poderá vir a punir uns pra compensar privilégios de outros. Por exemplo, a maioria dos novos servidores públicos civis já se encontra vinculada a um regime de previdência complementar de capitalização para os valores que excedem o teto do INSS e possui idade mínima para se aposentar. Ou seja, esses servidores já estão expostos a regras muito mais rígidas, cenário completamente oposto ao de meados da década de 90.

Nesse contexto, buscando corrigir apenas pontos que ainda gerem distorções, as aposentadorias especiais poderiam ser revistas. No RS, estima-se que 87% das aposentadorias do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos sejam especiais, incluindo mulheres, professores e policiais. Muitas delas, inclusive, são duplamente especiais, como é o caso das mulheres professoras. Essas se aposentam, pelas regras atuais, 10 anos antes dos homens sem aposentadoria especial. Contudo, embora as mulheres ainda enfrentem a dupla jornada (argumento originalmente empregado para que se aposentassem precocemente), conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a participação dos homens nos afazeres domésticos vem gradualmente aumentando desde 1988, o que justificaria, também, uma redução na diferença entre as idades para a aposentadoria entre os sexos. De forma semelhante, o aproveitamento de policiais que não mais tivessem condições de atuar nas ruas em áreas administrativas, de apoio e de inteligência é algo que precisaria ser pensado.

Não obstante isso, é importante destacar que a proposta originalmente enviada pelo Governo se mostrava com algumas incoerências. Uma delas é a ausência de mudanças na aposentadoria dos militares. Outra diz respeito à relação entre a expectativa do tempo de contribuição e a expectativa do valor acumulado de benefícios a serem usufruídos. Por exemplo, os trabalhadores que ingressassem cedo no mercado de trabalho seriam prejudicados em relação aos que ingressassem tardiamente, pois aqueles contribuiriam por mais tempo, porém sem receber um incremento no valor dos benefícios na mesma proporção, principalmente se considerarmos que grande parte desse grupo é formada por pessoas de menor renda, que não tiveram a oportunidade de estudar no início da fase adulta, e cuja expectativa de sobrevida fica abaixo da média nacional.

Distorções desse tipo devem ser evitadas por aqueles que desenham as regras previdenciárias do País. Casos extremos como esse já começaram a ser corrigidos no Legislativo, uma vez que a proposta original apresentada pelo Executivo vem sendo analisada, discutida e modificada no Congresso. Espera-se que o resultado final seja o mais justo possível.

# O mercado da música e o seu significado para a economia do Rio Grande do Sul

**Tarson Núñez**

[tarson@fee.tche.br](mailto:tarson@fee.tche.br)

**Pesquisador em Ciências  
Política da FEE**

A cadeia de produção musical é linear, com o produto final resultando de uma série de atividades interligadas que vão adicionando valor ao produto final que é comercializado. Esse produto final pode ser um objeto, um suporte físico de conteúdo musical (CD ou LP), um evento (*show* ou apresentação) ou mesmo, atualmente, um mecanismo de *copyright* (um fonograma registrado para efeitos de direito autoral). Em todos esses casos, o caminho que vai da criação artística até a sua realização enquanto valor monetário é longo e passa por múltiplos estágios que envolvem diferentes processos econômicos. A literatura divide as atividades de produção e comercialização dos produtos musicais em quatro etapas principais: criação, produção, divulgação e distribuição.

Até a década de 90, essa cadeia estruturava-se em torno da indústria fonográfica. As grandes gravadoras, companhias que faziam a mediação entre a produção dos artistas e o grande público, eram o ator central de um processo industrial altamente verticalizado. A partir da criação, praticamente todo o resto da cadeia dependia dessas empresas. Esse foi o modelo predominante desde a década de 40 até o final do século passado. As mudanças tecnológicas do final do século XX impactaram de forma profunda e irreversível a indústria fonográfica, abrindo caminho para um novo modelo de mercado musical.

Dois fatores foram essenciais nesse processo: o primeiro foi a redução dos custos dos equipamentos de gravação, que permitiu que o registro das músicas fosse realizado de maneira muito mais descentralizada, tornando a criação e a produção mais autônomas. O segundo foi a emergência das novas tecnologias de informação e comunicação, que abriram novos caminhos para a divulgação e a distribuição. A oferta de produtos diretamente pela *internet*, mediante *download* ou *streaming*, cresce no mundo inteiro. Segundo a Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI), o mercado global da indústria relacionado à reprodução digital vem crescendo em uma média de 6% ao ano desde 2009, atingindo os US\$ 6,9 bilhões em 2014.

A cadeia da música não se restringe à relação entre o artista e o público. Ela tem como ponto de partida o processo de produção industrial dos insumos para a produção musical (instrumentos, equipamentos de amplificação e gravação, mídias virgens, etc.). Além disso, essa cadeia tem como pressuposto a formação de um mercado musical que envolve tanto a formação de músicos como a do público (escolas de música, cursos universitários, publicações especializadas, mídia, etc.), e também toda uma rede de espaços nos quais a música é: (a) apresentada ao vivo (teatros, casas de espetáculos ou clubes), (b) transmitida (via rádio, *internet* ou TV) ou (c) parte do contexto de outras atividades, sejam elas artísticas ou não (trilhas musicais de publicidade ou de outras produções audiovisuais e música ambiente em espaços públicos).

Entre esses dois extremos, artista e público, há todo um encadeamento de atividades econômicas relacionado ao processo de produção (estúdios de gravação, equipes técnicas, atividades de produção de espetáculos), à divulgação (assessorias de imprensa, publicações especializadas, rádios e programas de TV), à execução (teatros, casas de espetáculos, clubes, bares) e também ao processo de comercialização de produtos

vinculados à música. Em torno dessas atividades identificam-se impactos adicionais em termos de suporte, como a contratação de serviços de logística (transporte, alojamento e alimentação) e de divulgação (*design* e produção gráfica). É, portanto, uma cadeia longa e complexa de atividades econômicas, envolvendo uma grande quantidade de empreendimentos tanto no campo industrial como de serviços.

No Rio Grande do Sul, a cadeia da música, identificada a partir dos critérios estabelecidos pela literatura nacional e internacional existente sobre o setor, envolve um conjunto de empreendimentos extenso, com a presença de praticamente todos os elos da cadeia. Uma primeira aproximação, ainda que limitada, ao peso dessa cadeia pode ser feita a partir dos dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), relativos ao ano de 2015, apontam a existência de 3.982 empresas formais, envolvendo um contingente de mais de 16 mil postos de trabalho, movimentando em salários e outras remunerações mais de R\$ 240 milhões por ano. Isso se refere apenas a uma parte do mercado real, uma vez que no âmbito da música, mais do que em outras atividades da chamada economia criativa, o grau de informalidade das atividades é muito alto. Grande parte das atividades musicais realizadas, como as *performances* ao vivo, dá-se sem qualquer contratação formal ou registro de transação monetária. Além disso, para grande parte dos músicos daqui, viver exclusivamente de sua atividade artística é difícil, o que implica no exercício de outras atividades remuneradas. Além disso, parte significativa das atividades deste campo está relacionada a outras atividades econômicas, o que dificulta sua identificação. Um músico que faz *jingles* é encontrado nas estatísticas relativas à publicidade, um músico que dá aulas é encontrado nas estatísticas das atividades educacionais, entre tantos outros casos.

As estatísticas existentes, portanto, permitem identificar apenas de uma forma muito limitada o impacto da cadeia da música na economia do Estado. No entanto, a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, cuja última versão é de 2008-09, permite fazer uma aproximação do potencial de mercado das atividades relacionadas à música. Segundo a POF, os gastos com cultura representam 5% dos gastos das famílias. Tomando-se como base os dados relativos ao Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, é possível fazer uma aproximação do peso do consumo da música das famílias no Estado. De acordo com os últimos dados disponíveis, o consumo das famílias representa 58,1% do PIB do RS (FEE, 2013). Considerando-se que o PIB do RS, neste ano, foi da ordem de R\$ 331 bilhões, é possível projetar que, em nosso estado, os gastos com atividades culturais são da ordem de R\$ 9,6 bilhões por ano. Visto que os gastos diretamente com o consumo de música representam 6,9% dos gastos com cultura, pode-se estimar que o mercado da música movimenta, anualmente, pelo menos R\$ 660 milhões no Estado.

Esses dados mostram apenas uma parte da realidade do mercado da música, e os seus limites apontam para a importância do aprofundamento dos estudos sobre essa cadeia produtiva. O setor é parte de uma tendência global de importância crescente do setor de serviços na economia. Mais do que isso, a economia criativa é cada vez mais um campo em expansão que tem um potencial de integração importante em cadeias globais de valor. Conhecer melhor o setor, identificar suas potencialidades e pensar políticas públicas que contribuam para potencializar seu impacto na economia gaúcha é um grande desafio.



# Redução das desigualdades no desenvolvimento humano

Gisele da Silva Ferreira

[gisele@fee.tche.br](mailto:gisele@fee.tche.br)

Pesquisadora em  
Estatística da FEE

O relatório *Desenvolvimento Humano para Além das Médias*, publicado em maio deste ano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), permitiu um mapeamento do desenvolvimento humano brasileiro desagregado por cor e sexo, para os anos de 2000 e 2010, e por situação de domicílio para 2010, utilizando dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A terminologia **negros** e o termo **cor** foram escolhidos após amplo debate de técnicos e especialistas nas temáticas de raça e gênero. O relatório apresenta a desagregação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e outros 170 dados socioeconômicos, por cor, sexo e situação de domicílio para o Brasil, unidades da federação, 20 regiões metropolitanas (RMs) e III municípios. Foram selecionados para o estudo todos os municípios com população total, em 2010, igual ou superior à da capital brasileira de menor população, Palmas (TO), com 228.332 habitantes. Os municípios do RS estudados foram: Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Canoas, Santa Maria, Gravataí, Viamão e Novo Hamburgo.

O IDHM-Longevidade é calculado a partir da esperança de vida ao nascer. Já o IDHM-Educação é a síntese dos subíndices escolaridade e frequência escolar. Para a desagregação por sexo do IDHM, o indicador IDHM-Renda foi ajustado, deixando de utilizar a renda domiciliar *per capita* e passando a utilizar a renda do trabalho como principal variável. A modificação precisou ser feita para revelar a discrepância nos valores dos salários de homens e mulheres. Sem o ajuste, o indicador distribui a renda igualmente para todos os membros do domicílio, deixando o IDHM da mulher superior, em geral, ao do homem. Isso ocorre pelo fato de as mulheres apresentarem, quase sempre, índices de escolaridade, frequência escolar e esperança de vida ao nascer superiores aos dos homens. Como as discrepâncias mais elevadas entre os sexos apresentam-se nos salários, com a modificação no IDHM-Renda, o IDHM da mulher deixa de ser mais elevado do que o do homem no Brasil, no RS, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e em Porto Alegre.

Entre as desagregações analisadas, a maior desigualdade no IDHM apresenta-se na comparação entre as populações rurais e urbanas (15,3% para o total do RS e 16,0% na RMPA), seguido das diferenças entre negros e brancos (13,9% no RS e 12,6% na RMPA). As menores diferenças figuram no grupo dividido por sexo (1,5% no RS e 5% na RMPA).

Rio Grande do Sul e Maranhão registram as maiores diferenças quanto ao IDHM em favor da população branca, na comparação com a população negra (13,9%), seguidos do Rio de Janeiro (13,4%). O Maranhão lidera o *ranking* dos Estados com maior diferença por cor no IDHM-Renda (população branca apresenta indicador 18,4% superior ao da população negra), enquanto o RS exibe a maior diferença entre negros e brancos no IDHM-Educação (24,7%). As diferenças entre homens e mulheres reduziram-se nas três dimensões do IDHM, no período 2000-10, no RS, sendo que o decréscimo mais acentuado ocorreu na dimensão **renda**: no ano 2000, os homens apresentavam IDHM-Renda 48% mais elevado, já em 2010, 31,8% mais elevado do que as mulheres. As diferenças entre negros e brancos também se reduziram nas três dimensões do IDHM, no mesmo período, no Estado, com maior redução na dimensão **educação**: no ano 2000, os brancos apresentavam IDHM-Educação 50,0% mais elevado e, em 2010, 24,7% maior do que o dos negros.



Entre as 20 RMs do estudo, a RMPA exibe a maior diferença no IDHM-Educação de negros e de brancos, em favor dos últimos (22,4%), e a segunda menor diferença entre o IDHM-Renda rural e urbano (14,6%), ficando atrás apenas da RM de Campinas (3,8%). A RM de Campinas apresenta, ao mesmo tempo, a menor diferença entre o IDHM rural e urbano (8,4%) e a maior diferença entre o IDHM de homens e mulheres (5,2%).

Dentre os 111 municípios do estudo, Porto Alegre traz a maior diferença entre o IDHM de negros e brancos (18,2%). Pelotas é o município que apresenta a maior diferença entre o IDHM-Educação de negros e brancos (33,3%). Viamão é o terceiro no *ranking* das maiores diferenças do IDHM-Longevidade de negros e brancos. Porto Alegre exibe a quarta maior diferença no IDHM-Renda de negros e brancos.

As maiores desigualdades nos percentuais de adultos com ensino fundamental completo e nos rendimentos médios encontram-se entre domicílios rurais e urbanos, tanto na RMPA quanto no RS. A maior desigualdade nos percentuais de crianças de cinco a seis anos frequentando a escola encontra-se entre domicílios rurais e urbanos na RMPA e entre negros e brancos no RS. As maiores desigualdades na esperança de vida ao nascer encontram-se no grupo dividido por sexo, tanto na RMPA quanto no RS.

Todas as dimensões que compõem o IDHM desagregado evidenciaram avanços ao longo do último período intercensitário, desconsiderando a situação do domicílio pela inexistência dos dados para 2000. Embora as populações negra e feminina continuem apresentando indicadores socioeconômicos inferiores, essas diferenças se reduziram. Contrapondo-se os índices e os subíndices para a população branca e negra de uma maneira geral, percebe-se que as diferenças entre negros e brancos foram as que apresentaram as reduções mais significativas no período.

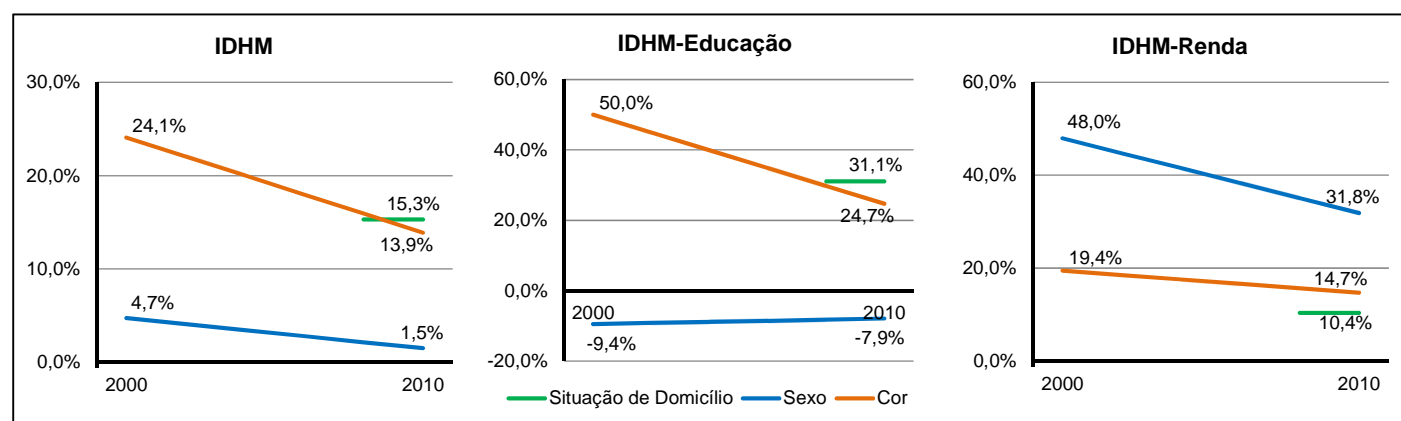
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) desagregado e subíndices na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e no RS — 2010

DESAGREGAÇÃO	IDHM (1)		ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER		% 18 ANOS OU MAIS COM ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO		% DE CRIANÇAS DE CINCO A SEIS ANOS FREQUENTANDO A ESCOLA		RENDIMENTO MÉDIO DOS OCUPADOS (R\$) (2)	
	RMPA	RS	RMPA	RS	RMPA	RS	RMPA	RS	RMPA	RS
<b>Cor</b>										
Negro .....	0,691	0,670	75,67	74,19	53,43	45,51	69,61	75,91	1.002,07	875,06
Branco .....	0,778	0,763	76,54	75,79	65,60	58,35	74,47	80,93	1.739,08	1.414,51
<b>Sexo</b>										
Mulher .....	0,753	0,732	80,10	78,58	63,63	57,28	73,98	80,37	1.319,62	1.055,23
Homem .....	0,760	0,743	71,98	71,15	63,63	55,22	73,12	79,44	1.875,53	1.555,29
<b>Situação de Domicílio</b>										
Rural .....	0,661	0,660	74,60	73,18	34,23	29,71	70,02	75,95	809,17	770,12
Urbano .....	0,767	0,761	76,39	75,99	64,55	60,98	73,66	80,57	1.648,53	1.446,12

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Relatório Desenvolvimento Humano para Além das Médias.

(1) Para a desagregação por sexo foi utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Ajustado pela desigualdade de renda do trabalho de homens e mulheres. (2) Média dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 18 anos ou mais de idade, com valores em reais de agosto de 2010.

Evolução das desigualdades do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) desagregado e subíndices no RS — 2000-10



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Relatório Desenvolvimento Humano para Além das Médias.

NOTA: 1. Em relação à situação de domicílio, os valores referem-se à população urbana em relação à população rural: (urbana-rural)/rural.

2. Em relação ao sexo, os valores referem-se à população masculina em relação à população feminina: (homens-mulheres)/mulheres.

3. Em relação à cor, os valores referem-se à população branca em relação à população negra: (brancos-negros)/negros.

# Mortalidade infantil por causas evitáveis no Rio Grande do Sul de 2000 a 2014

**Marilyn Agranonik**

[marilyn@fee.tche.br](mailto:marilyn@fee.tche.br)

**Pesquisadora em Estatística da FEE**

**Renata de Oliveira Jung**

[renata.jung@fee.tche.br](mailto:renata.jung@fee.tche.br)

**Bolsista de Iniciação Científica FAPERGS**

Ao longo das últimas décadas, é notória a queda da taxa de mortalidade infantil (TMI) no Rio Grande do Sul, acompanhando uma tendência nacional e global. Entre 2000 e 2014, a TMI do Estado reduziu-se aproximadamente 30%, de 15,1 para 10,7 óbitos por 1.000 nascidos vivos, sendo, desde 2009, a segunda menor TMI do Brasil, acima apenas de Santa Catarina. A trajetória descendente da TMI associa-se a diversos fatores, tais como: melhorias nas condições de saneamento, acesso a serviços de saúde essenciais e aumento de renda e escolaridade. Não obstante, os valores da TMI ainda continuam altos se comparados com os de países desenvolvidos: em média, a TMI dos países da Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi inferior a 4,0 por 1.000 em 2013.

Para entender a dinâmica da TMI, é preciso analisar as principais causas de óbito. A classificação das causas em evitáveis e não evitáveis permite identificar óbitos que poderiam ter sido prevenidos por uma adequada atenção à saúde materno-infantil. Esses óbitos podem ser considerados eventos-sentinela da qualidade da assistência à saúde na medida em que seu acontecimento indica falhas que não deveriam ocorrer dada a disponibilidade de acesso a ações efetivas dos serviços de saúde.

A partir de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade e do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos, disponíveis pelo DATASUS, constatou-se que, no Rio Grande do Sul, a proporção de óbitos por causas evitáveis ainda representa cerca de dois terços do total de óbitos infantis. Essa fração vem diminuindo desde 2000, passando de 70% neste ano para 64% em 2014.

Dentre os óbitos evitáveis, destacam-se, por apresentarem as maiores quedas na proporção em relação ao total de óbitos, aqueles reduzíveis por: ações de promoção à saúde (variação de -49%, passando de 9,8% para 4,9%); ações de diagnóstico e tratamento (variação de -43%, passando de 9,5% para 5,3%); e adequada atenção ao recém-nascido (variação de -20%, passando de 19,6% para 15,6%) (gráfico). O percentual de óbitos reduzíveis por adequada atenção à mulher no parto e por ações de imunoprevenção permaneceram estáveis ao longo do período, em torno de 8,6% e 0,1% respectivamente. Por outro lado, as causas evitáveis por adequada atenção à mulher na gestação apresentaram elevação, passando de 22,4% em 2000 para 29,8% em 2014, um crescimento superior a 30%. A proporção de óbitos por causas mal-definidas caiu mais de 20%, representando, em 2014, 3,4% dos óbitos. As demais causas, não claramente evitáveis, sofreram acréscimo de 27% no período, atingindo 32,7% dos óbitos em 2014.

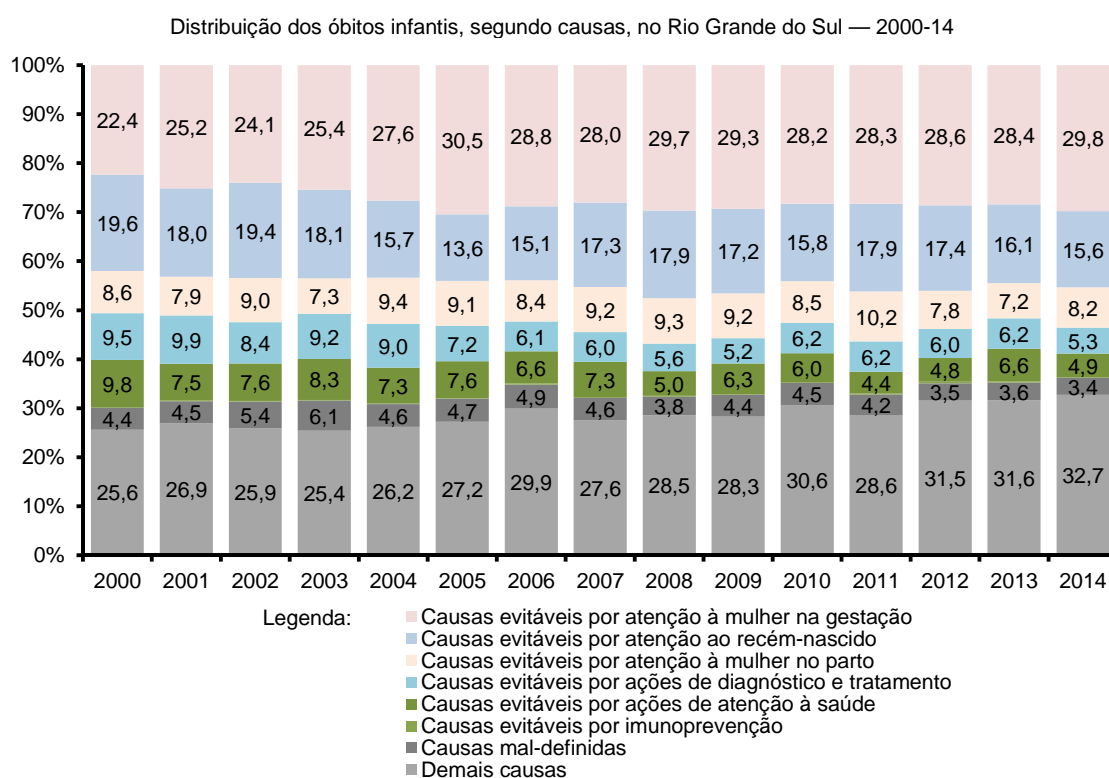
Esses resultados revelam uma mudança na composição das causas de óbito evitáveis entre menores de um ano no sentido de uma elevação da participação das causas preveníveis por adequada atenção à mulher na gestação. As complicações associadas a essas causas, em geral, envolvem um maior grau de complexidade na prevenção, ao passo que outras causas, cuja participação se reduziu ao longo do período, muitas vezes são preveníveis por meio de procedimentos mais acessíveis.

A quase inexistência de óbitos por causas evitáveis por meio de ações de **imunoprevenção**, por exemplo, explicita a alta cobertura vacinal no Estado. Além disso, a redução significativa da participação das causas reduzíveis por ações adequadas de promoção à saúde (especialmente a

diminuição do número de óbitos por infecções intestinais e deficiências nutricionais) aponta para uma melhoria, principalmente das condições socioeconômicas da população, no período, bem como para a ampliação do acesso à atenção básica. A queda da fração de óbitos evitáveis por ações adequadas de **diagnóstico e tratamento** evidencia maior acesso a serviços primários, resultando em uma redução dos óbitos devido à pneumonia e outras infecções tratáveis. A perda de participação das causas reduzíveis por adequada **atenção ao recém-nascido**, por sua vez, geralmente se vincula ao maior acesso a cuidados intensivos neonatais após o parto.

Em contrapartida, a prevenção de óbitos por adequada atenção à mulher na gestação exige um apropriado acompanhamento pré-natal que depende da qualidade e eficiência da assistência prestada nos serviços de saúde. A identificação precoce e o monitoramento de condições gestacionais, como hipertensão e transtornos nutricionais maternos, permitem gerenciar alguns riscos que podem levar os recém-nascidos ao óbito. A elevação da participação dessas causas no total de óbitos permite inferir que a assistência pré-natal no Estado ainda apresenta falhas graves.

Nesse sentido, apesar de o Rio Grande do Sul ter acompanhado as tendências nacionais e globais de queda da TMI e mudança de suas principais causas, é necessária especial atenção à qualidade do atendimento oferecido à mãe e ao recém-nascido, além de maiores investimentos em tecnologias e recursos humanos voltados ao cuidado perinatal.



FONTE DE DADOS BRUTOS: Ministério da Saúde — SIM.

# Inflação, juros e desindustrialização

Carlos Águedo Paiva

[cpaiva@fee.tche.br](mailto:cpaiva@fee.tche.br)

Pesquisador em Economia  
da FEE

Na década de 80 e início da de 90, as mais distintas escolas de Economia mantinham um diálogo rico sobre os determinantes da nossa hiperinflação, diferenciando sua inércia dos seus componentes de aceleração. O Plano Real foi concebido nessa interlocução. Hoje, por oposição, a efetividade e a produtividade do debate econômico são mínimas. De um lado, os ortodoxos pretendem que a determinação nuclear do fraco dinamismo da economia nacional se encontre na irresponsabilidade fiscal. Do lado diametralmente oposto, a heterodoxia pretende que a elevação dos dispêndios e investimentos públicos seja condição necessária e suficiente para voltarmos a crescer de forma sustentável. A oposição entre as correntes parece ser absoluta, mas a identidade dialética dos contrários revela-se no fato de ambas reduzirem nossos problemas a equívocos na condução da política econômica. Equívocos que os gestores incorreriam por não terem lido os manuais corretos.

Na contramão desse não debate, alguns economistas vêm buscando entender os determinantes estruturais da perda de dinamismo da economia nacional. O que fica cada vez mais claro é que a crise reflete o processo de **desindustrialização** inaugurado com o padrão monetário-cambial de controle da inflação adotado em 1994 com o Plano Real. O Plano Real mostrou-se viável em função da emergência da China como motor industrial do mundo, no início da década de 90. Altamente dependente de matérias-primas agrícolas e minerais, a China recolocou o Brasil no circuito financeiro internacional. Os superávits comerciais que nosso país passou a obter no comércio mundial geraram as reservas necessárias ao enfrentamento da componente inercial-expectacional da inflação via estabilização da taxa de câmbio entre a moeda de circulação interna e o dólar (que se tornou a verdadeira unidade de conta e base de todos os preços no Brasil).

Mas se o Plano Real controlou a inércia, ele não enfrentou a componente aceleracionista da inflação. O que ficou evidente já no segundo semestre de 1994: a despeito da estabilidade cambial, a inflação foi de 18,75% no período. Para frear a inflação, exorbitaram do remédio, elevando a taxa de juros interna a níveis usurários para atrair capitais especulativos. O resultado foi a sobrevalorização crônica do real e, por extensão, um choque competitivo sobre a indústria de transformação (IT).

Por que apenas sobre a IT? Porque esse é o único setor “**duplamente tradable**”. Explicamo-nos: quando o dólar fica mais barato, caem os preços de todos os *tradables* (bens e serviços importáveis e exportáveis) em moeda nacional, ampliando o salário real e a demanda sobre todos os setores, inclusive sobre os não *tradables*. Ora, os bens e serviços não *tradables* (comércio, educação, construção civil, etc.) são intensivos em trabalho, de sorte que o aumento persistente da demanda se desdobra em elevação do salário nominal e dos custos de produção. A ampliação simultânea da demanda e dos custos nos setores **não submetidos à concorrência externa** resulta em aceleração inflacionária nos não *tradables*, que é controlada com nova elevação de juros, valorização do real e depressão da margem de lucro nos *tradables*. O desdobramento é uma pesada assimetria das taxas de inflação setoriais: entre julho de 1994 e dezembro de 2016, a inflação acumulada em *tradables* foi de 292%, a metade da inflação em não *tradables* (572%) e em

monitorados pelo Governo (696%), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Banco Central (Bacen).

Mas se a pressão competitiva incide sobre todos os *tradables*, os desdobramentos são distintos. A agropecuária e a mineração são intensivas em recursos naturais “inamovíveis”. Seus produtos são *tradables*, mas sua produção não é. E a demanda chinesa emprestou dinamismo e sustentou seus preços em dólares. Já a IT assenta-se quase que exclusivamente em recursos não naturais: tecnologia, qualificação da mão de obra, escala, capital social, impostos e serviços públicos, etc. E, ao longo do Real, a China contribuiu com uma forte pressão de oferta no segmento. Ora, o Brasil é riquíssimo em recursos naturais, mas seus recursos artificiais são de qualidade mediana ou inferior. Com a crescente valorização real da moeda nacional, a aquisição e/ou produção de insumos e bens industriais no exterior tornou-se cada vez mais rentável, estimulando a ampliação das importações e a extroversão do capital nacional, e o resultado expressa-se na tabela abaixo. Para não nos iludirmos com anos atípicos, tomamos médias trienais. A taxa de crescimento real (em volume) do Valor Adicionado Bruto (VAB) entre 1995-97 e 2014-16 foi 62,96%, mas a IT cresceu apenas 17,43%, contra 95,44% da agropecuária e 70,81% no total dos serviços. Todavia, é a Intermediação Financeira (IF) a grande beneficiada pela política anti-inflacionária do Real: em termos reais, a IF cresceu 108,53% no período. Finalmente, as duas últimas linhas apresentam o crescimento da participação dos importados no consumo intermediário. A despeito de parecer discreto (três pontos percentuais no VAB), o impacto da ampliação da propensão a importar é muito elevado sobre a IT. A abertura comercial incide quase que exclusivamente sobre esta última e não sobre a agropecuária e extrativa (onde somos altamente competitivos) ou sobre os serviços (por natureza, não importáveis). Aqui, parece encontrar-se o cerne da nossa desindustrialização e, por extensão, da perda “lenta, gradual e segura” de dinamismo da economia nacional nos últimos anos.

Performance dos macrossetores da economia no contexto do Plano Real no Brasil — 1995-2016

PERÍODO	AGRO- PECUÁ- RIA	INDÚSTRIA					SERVIÇOS				VALOR ADICIONA- DO BRUTO (VAB)
		Extrati- vo- -mineral	Trans- forma- ção	SIUP	Construção Civil	Total	Comércio	Financeiro	Outros	Total	
Variação real 1995-97 - 2014-16	95,44	113,46	17,43	57,02	57,37	36,44	50,76	108,53	69,08	70,81	62,96
VAB 1995-97 .....	5,50	0,74	15,41	2,43	7,43	26,02	8,26	9,46	50,76	68,48	100,00
VAB 2014-16 .....	5,16	2,21	11,83	2,50	5,90	22,42	12,98	7,40	52,04	72,42	100,00
Média do Coefi- ciente de importa- ção (CI) 2000 .....	8,87	10,72	14,22	6,97	6,92	13,00	8,46	-	6,21	6,28	10,21
Média do CI 2013	12,78	20,00	18,22	10,04	9,57	16,67	7,43	-	8,82	8,54	13,31

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE (2017).

NEREUS-USP (2016).

**[www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)**

** /fundação.rs |  @fee\_rs**

** @fundação.rs**

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 06.07.17).

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



**Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: José Reovaldo Oltramari  
Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson Augusto Colombo, Marcos Vinício Wink Junior e Vanclei Zanin  
Revisão: Tatiana Zismann      Editoração: Susana Kerschner

ISSN 1517-7262